



Visão preconceituosa: arqueogenealogia de uma notícia sobre Palmeirópolis, TO

Prejudiced view: Archaeogenealogy of a news story about Palmeirópolis, TO

Thiago Barbosa SOARES*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo examinar as relações de saber-poder que atravessam a matéria jornalística intitulada “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração”, publicada em 18 de novembro de 2024 no portal Gazeta do Cerrado. Para tal empreitada analítica, mobiliza-se o consagrado método arqueogenealógico da Análise do Discurso de filiação foucaultiana, por meio de alguns de seus principais operadores conceituais: formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme. O estudo desenvolve uma análise arqueogenealógica da materialidade enunciativa da notícia, identificando redes discursivas e seus efeitos de saber-poder no interior do dispositivo midiático. A partir desse itinerário metodológico, torna-se possível evidenciar a espessura e os efeitos de um poder disciplinar ancorado em um saber normativo que sustenta determinadas práticas pedagógicas naturalizadas no ensino formal. Tais práticas, quando interpeladas por discursos conservadores, tendem a ser reguladas sob a vigilância combinada dos dispositivos jurídico e midiático. Um dos principais resultados da análise consiste na descrição minuciosa do enunciado e de suas condições de produção, revelando como a matéria em questão se constitui como um conjunto de sentidos politicamente orientados por uma formação discursiva progressista, a qual estrutura o dispositivo midiático da Gazeta do Cerrado. Esse arranjo discursivo permitiu a apreensão de uma episteme intervencionista, marcada por uma racionalidade que busca reposicionar a escola e seus sujeitos diante de práticas simbólicas e estruturais de exclusão racial, mediante a visibilização de desigualdades e a proposição de formas institucionais de responsabilização.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Arqueogenealogia. Relações de saber-poder. Desfile cívico. Palmeirópolis.

ABSTRACT: This article aims to examine the relations of knowledge-power embedded in the news piece titled “Civic Parade with Children in Southern Tocantins Involves Alleged Racist Act, Authorities Call for Investigation”, published on November 18, 2024, by the online journal Gazeta do Cerrado. To carry out this analytical endeavor, the well-established archaeogenealogical method of Discourse Analysis, inspired by Foucault, is employed, using some of its key operational concepts: discursive formation, statement, apparatus, and episteme. This study develops an archaeogenealogical analysis of the enunciative materiality

* Doutor em Linguística (UFSCar). Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Porto Nacional, TO – Brasil. thiago.soares@mail.uft.edu.br.

of news, identifying discursive networks and their knowledge-power effects within the media apparatus. Through this methodological approach, it becomes possible to reveal the depth and effects of a disciplinary power sustained by a normative knowledge that legitimizes certain pedagogical practices naturalized within formal education. When interpellated by conservative discourses, such practices tend to be subjected to the regulatory scrutiny of both the juridical and media apparatuses. One of the key findings of this analysis is the careful examination of the statement and its conditions of production, showing how the news piece is configured as a politically oriented set of meanings shaped by a progressive discursive formation underpinning the media apparatus of *Gazeta do Cerrado*. This discursive arrangement enabled the apprehension of an interventionist episteme, characterized by a rationality that seeks to reposition the school and its subjects in the face of symbolic and structural forms of racial exclusion, through the exposure of inequalities and the proposition of institutional mechanisms of accountability.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Archaeogenealogy. Relations of knowledge and power. Civic parade. Palmeirópolis.

Artigo recebido em: 01.08.2025

Artigo aprovado em: 11.06.2026

1 Considerações iniciais

Os lemas do partido são: “Guerra é paz; Liberdade é escravidão; Ignorância é força” (Orwell, 2002, p. 9). Essa tríade paradoxal retrata, na obra de George Orwell, 1984, a projeção de uma política totalizante cujo centro administrativo consiste em fabricar uma realidade favorável aos interesses governamentais. Os expedientes para transformar guerra em paz, liberdade em escravidão e ignorância em força são, para além de transformações semânticas integradas à “novilíngua”, variados e multifacetados. Há para tanto um ministério da verdade “que se ocupava com notícias, entretenimento, educação e artes plásticas” (Orwell, 2002, p. 10). Entretanto, fora da literatura distópica, a realidade na qual a sociedade viceja atualmente pode ser considerada muito distante daquela criticada por Orwell?

A indagação acima emerge da percepção segundo a qual órgãos públicos de fiscalização e controle de processos característicos do funcionamento do circuito coletivo – de âmbitos jurídico, legislativo, educacional, entre outros – possuem meios para restringir práticas, informações e discursos. Nesse direcionamento, a compreensão de como certos mecanismos atuam no corpo social e, principalmente, de

como há certa repercussão dessas ocorrências, pode favorecer o entendimento das relações de saber-poder existentes no interior das produções sociais. Com esse horizonte delineado como uma possibilidade de estudo contributivo, este artigo volta-se ao exame das relações de saber-poder (Foucault, 2014) na notícia “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração” (Gazeta do Cerrado, 2024), publicado em 18 de novembro de 2024 pelo jornal virtual Gazeta do Cerrado.

Diante do objetivo de investigar as relações de saber-poder investidas na matéria mencionada, mobiliza-se o consagrado método arqueogenealógico da Análise do Discurso, por meio de alguns de seus conceitos operacionais. Com vistas a tornar a arquitetura argumentativo-textual deste artigo mais bem organizada, criam-se três seções adiante designadas em negrito. **Fundamentação teórica**, na qual são explicitadas as noções de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme. **Procedimentos metodológicos**, na qual é exposto o modo de empreender operativamente as noções no *corpus* selecionado. **Análise: arqueogenealogia do discurso preconceituoso**, na qual os operadores mencionados são postos em marcha no processo de descrição e interpretação das relações de poder-saber na notícia sob exame. Por fim, são apresentadas, nas **Considerações finais**, as possíveis contribuições resultantes do caminho elucidativo aqui traçado. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar, a partir do método arqueogenealógico, as relações de saber-poder inscritas na materialidade discursiva da notícia em questão, mediante o exame de seus enunciados e das redes que os constituem.

2 Fundamentação teórica

Como o nome deste artigo sugere, tem-se na perspectiva do objeto a ser perscrutado, a notícia “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração” (Gazeta do Cerrado, 2024), a incidência do discurso preconceituoso, que emerge a partir do índice discursivo integrante do

emprego de racista na construção argumentativa do título da matéria em questão. Desse modo, o delineamento do preconceito, como um dispositivo de separação e segregação, baseado em critérios injustificáveis socialmente, circunscreve-se ao como um “desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista”, ou seja, a uma parte significativa do que se diz, mas não à totalidade das relações de saber-poder infundidas na discursivização do acontecimento divulgado.

Por esse discernimento, analisam-se as relações de saber-poder encontradas na reportagem que, por sua vez, compreendem extensivamente, como se pode perceber, o discurso preconceituoso. Para tanto, emprega-se, de acordo com Foucault (2014), saber-poder, já que “(...) poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2014, p. 31). Assim, a utilização da composição nocional poder-saber, bem como saber-poder, refere-se justamente a tal implicação direta entre um e outro.

Feitas as devidas colocações acerca da nomeação deste texto e de como essa é entendida em seu interior perquiridor, adentra-se efetivamente ao recenseamento das noções de formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, constituintes da Análise do Discurso arqueogenológica, passando, claro, pela própria noção de discurso que aqui se empenha. Nesse horizonte, no qual os contornos epistemológicos do discurso são por vezes restaurados, Veyne (2011) declara: “O discurso não é uma infraestrutura e também não é outro nome para a ideologia, seria antes o contrário, a despeito do que lemos e ouvimos todos os dias” (Veyne, 2011, p. 50). A respeito do aprofundamento da noção de discurso, Soares (2022) afirma: “o discurso não é uma série de falsas percepções do que se pode chamar de realidade, mas, grosso modo, das interpretações segundo as quais se podem ver os fatos, a realidade, as coisas” (Soares, 2022, p. 211).

Dado que existe uma ligação orgânica entre os operadores interpretativos, formação discursiva, enunciado, dispositivo e episteme, no aparato teórico-

metodológico arqueogenalógico, conhecer a ligação entre eles é essencial para determinar as diretrizes principais do processo de análise. É Foucault (2012) quem faz a vinculação, ao desenvolver o método arqueológico de investigação discursiva, ao dizer: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na formação discursiva, ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (...)” (Foucault, 2012, p. 143). Aqui se tem a inevitável implicação, não só teórica, mas metodológica, da conexão entre discurso, formação discursiva e enunciado, já o primeiro abarca os demais; sendo o segundo uma orientação de sentidos do terceiro.

O tratamento ofertado às formações discursivas, em sua amplitude de funcionamento, segundo Soares e Boucher (2024), “carece da compreensão sobre seu potencial rarefeito de dispersão de sentidos a partir de uma deflexão das relações de poder-saber existentes no corpo social” (Soares; Boucher, 2024, p. 66). Sobre essa mesma delimitação acerca das formações discursivas, Foucault (2008a) assevera que “a análise das formações discursivas e de seu sistema de positividade em relação ao elemento do saber concerne somente a certas determinações dos acontecimentos discursivos” (Foucault, 2008a, p. 112). Nesse direcionamento específico ofertado por Foucault, “o exame arqueogenealógico das formações discursivas permite não apenas trazer à luz parcela significativa do saber envolvido em sua própria confecção, mas, sobretudo, as formas de poder pertencentes às estruturas de seus enunciados” (Soares; Boucher, 2024, p. 66).

Diante da potência da formação discursiva e seu funcionamento, Soares e Boucher (2024) aprofundam: “o sistema de positivities engendra outro segundo o qual as negatividades possuem um funcionamento tácito em relação diametral ou adjacente aos sentidos nucleares de uma determinada formação discursiva” (Soares; Boucher, 2024, p. 66). Uma vez que as formações discursivas existem por meio de complexos arranjos de enunciados em múltiplos dispositivos de dispersão de seus sentidos condutores, Foucault (2008a) afirma sobre a associação entre a formação discursiva e

o enunciado: “Estamos agora diante de uma figura complexa. Ela pode e deve ser analisada simultaneamente como uma formação de enunciados” (Foucault, 2008a, p. 110). Eis que o enunciado é o expediente por meio do qual se torna possível analisar a formação discursiva.

No enunciado, encontram-se elementos estruturalmente organizados segundo normas socialmente estabelecidas, direcionados pela formação discursiva na qual se inscreve. Kremer-Marietti (1977) explica que “O enunciado é mais que um conjunto de signos reunido a um suporte material; eles supõem definições, regras, convenções de escrita” (Kremer-Marietti, 1977, p. 122). Em orientação elucidativa semelhante, Deleuze (2017) declara que o enunciado “tem um objeto discursivo que não consiste, de modo algum, num estado de coisas visado, antes deriva, pelo contrário, do próprio enunciado” (Deleuze, 2017, p. 19-20). Assim, conforme Kremer-Marietti (1977) e Deleuze (2017), baseados em Foucault (2012), o enunciado, além de ser um constituinte relacional do discurso, ao ser norteado pela formação discursiva a qual se integra, compõe-se de constituintes arregimentados consoante à normatividade de sua construção sistêmica.

Como o enunciado possui características bastante específicas, seu projeto de análise, diferente de seu homônimo linguístico-gramatical, carece de procedimentos metodologicamente distintos, sobretudo quando se encontra no encadeamento investigativo das relações de poder-saber presentes entre a formação discursiva, o dispositivo e a episteme. Soares e Boucher (2024) explicitam que o enunciado “só pode ser percebido, em suas fendas de sentido, segundo determinado regime de saber e suas práticas” (Soares; Boucher, 2024, p. 20). Em outras palavras, o enunciado, que não pode ser apreendido fora da formação discursiva na qual se localiza, exprime, entre outros itens, um segmento considerável dos processos de saber-poder inerentes ao circuito coletivo do qual faz parte. Por tal razão, a configuração do enunciado, diante da propositura arqueogenealógica de sua constituição, volta-se para seu funcionamento social e, por extensão, para seu vetor, o dispositivo.

Em direcionamento restritivo ao enunciado e sua apropriação para este estudo, a notícia “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração” (Gazeta do Cerrado, 2024) é tomada como o desenho perfilado do enunciado veiculado por um dispositivo midiático. Por sua vez, o dispositivo é um dos reguladores da estrutura macro dinâmica do enunciado. Segundo Soares e Boucher (2024), no dispositivo “operam-se as alterações de sentidos, além dos processos de criação e intercambiamento, veiculados no circuito coletivo” (Soares; Boucher, 2024, p. 21). Deleuze (1999), sobre o dispositivo, ao tratá-lo como operador funcional do discurso, afirma: “Todo dispositivo se define por sua condição de novidade e criatividade” (Deleuze, 1999, p. 159) que contém, como ele mesmo declara, “processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação” (Deleuze, 1999, p. 158).

Agambem (2005), na mesma tecitura teórica de Deleuze (1999), explica que o dispositivo é: “Um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc.” (Agambem, 2005, p. 9). Soares e Boucher (2024) elucidam tal mecanismo como: “O dispositivo, conforme seu domínio de atuação, coloca em marcha uma ou mais formações discursivas, a depender das relações de poder segundo as quais seu funcionamento dá-se no circuito social” (Soares; Boucher, 2024, p. 47). É precisamente Agambem (2005) quem dimensiona o dispositivo por sua vinculação à episteme ao asseverar: “O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de poder. É algo geral (“rede”) porque inclui em si a episteme” (Agambem, 2005, p. 10).

No horizonte articulatório da formação discursiva, do enunciado e do dispositivo, encontra-se, como mencionado acima e postulado por este artigo, emerge a episteme como propositura condicionada do empreendimento arqueogenealógico. Acerca da episteme e de suas relações, Foucault (2007) esclarece informando que: “Numa cultura e num dado momento, nunca há mais que uma episteme, que define

as condições de possibilidade de todo saber. Tanto aquele que se manifesta numa teoria quanto aquele que é silenciosamente investido numa prática” (Foucault, 2007, p. 230). Soares (2024), a respeito da episteme, tal como descrita por Foucault (2007), diz que: “la episteme puede ser descrita como un conjunto de creencias, cuya ocurrencia se basa en los significados estructurantes de los dispositivos que orientan las formaciones discursivas y se materializan en los enunciados que circulan en la sociedade” (Soares, 2024, p. 262).

A episteme, como pode ser observada por meio de sua caracterização, representa tanto um saber validado historicamente quanto a proporcionalidade desse em relação à própria trajetória do poder disseminado no circuito coletivo. Nesse direcionamento, uma episteme, segundo elucidam Soares e Boucher (2024), “fundamenta a conexão entre os elementos da comunicação e, conseqüentemente, desses com a criação dos sentidos, de modo que as formações discursivas ancoradas em sua vontade de verdade expressam tal episteme” (Soares; Boucher, 2024, p. 47). Ora, a identificação da episteme, nesta investigação, consiste em compreender as algumas das principais relações de saber-poder macro dinâmicas envolvidas na condução do dispositivo, aqui tomado como o jornal virtual Gazeta do Cerrado, na constituição da formação discursiva que engendra o enunciado “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração” (Gazeta do Cerrado, 2024). Portanto, passa-se ao exame desse na próxima seção.

3 Procedimentos metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza analítico-discursiva, ancorada no método arqueogenealógico da Análise do Discurso de filiação foucaultiana. O *corpus* é constituído pela matéria jornalística intitulada “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração”, publicada pela Gazeta do Cerrado em 18 de novembro de 2024.

A unidade de análise adotada corresponde aos enunciados e às sequências discursivas que compõem a materialidade do texto jornalístico. Entendem-se como sequências discursivas os recortes textuais nos quais se manifestam regularidades de sentido vinculadas a determinadas formações discursivas.

O procedimento analítico desenvolve-se em três etapas: (i) recorte de sequências discursivas significativas do enunciado; (ii) descrição de suas regularidades e funções no interior do texto; e (iii) interpretação dessas regularidades à luz dos operadores formação discursiva, dispositivo e episteme. Tal percurso permite evidenciar as relações de saber-poder que atravessam a produção e circulação do discurso analisado, como é possível verificar mais abaixo.

4 Análise: arqueogenealogia do discurso preconceituoso

Nesta seção, aplica-se o consagrado método arqueogenealógico da Análise do Discurso mediante o emprego do aparato analítico apresentado anteriormente com o objetivo de investigar as relações de saber-poder investidas na matéria notícia “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração” (Gazeta do Cerrado, 2024), publicado em 18 de novembro de 2024 pelo jornal virtual Gazeta do Cerrado. A partir do mirante traçado para este estudo, toca-se a possibilidade de descrever e interpretar a formação discursiva, o enunciado, o dispositivo e a episteme em um sequenciamento no qual o dispositivo, como um conjunto de rede de dizeres (Foucault, 2000) entrelaçados pela tecitura de seus enunciados constituintes, é apresentado como o primeiro elemento sob exame, posteriormente, o próprio enunciado em sua materialidade passa ao escrutínio.

Exibidos os devidos aviamentos acerca dos procedimentos aqui empreendidos, inicia-se com os componentes históricos do jornal Gazeta do Cerrado. Esse teve seu início em 2016, por meio de sua página na internet; nela se acha sob o título “sobre” algumas informações úteis para conhecer sua arquitetura veicular, sua proposta de organização institucional de informações propagadas e sua aderência a uma possível

formação discursiva. O referido periódico foi fundado por Maria José Cotrim e Marco Aurélio Jacob, sendo ambos proprietários em conjunto da empresa. Pode-se fazer anúncios pagos no site do jornal, o que indicializa um caráter monetário que, por sua vez, pode-se voltar-se à produção de conteúdos de interesses particulares. Além desses dados, encontram-se na página “sobre” a missão, a visão e os principais valores do jornal.

O periódico possui como missão a seguinte proposta: “Produzir conteúdo para gerar conhecimento e despertar o pensamento crítico” (Gazeta do Cerrado, 2021). Já como visão, é “Consolidar-se como o melhor, mais eficiente e dinâmico grupo de mídia do Brasil” (Gazeta do Cerrado, 2021); os princípios e valores são: “Integridade, Responsabilidade, Ética, Justiça, Pluralidade, Transparência, Cidadania, Respeito às Diversidades, Compromisso Social” (Gazeta do Cerrado, 2021). Para além desses discriminadores corporativos de engajamento a causas sociais, tem-se esta descrição: “A Gazeta do Cerrado, tem como compromisso gerar conteúdo sólido, conciso e fundamentado, com dinamismo, responsabilidade e jovialidade, que visa os interesses públicos, informação clara e objetiva que destaca o interesse coletivo como vetor” (Gazeta do Cerrado, 2021). Ora, como se pode depreender acerca do que o veículo virtual diz de si próprio, seu enquadramento como dispositivo institucional de informação validada dá-se por uma gramática propositiva de cunho progressista cuja materialização pode-se perceber na sua produção de enunciados.

A formação discursiva progressista, declarada nos princípios do veículo (‘Respeito às Diversidades’, ‘Compromisso Social’), materializa-se no enunciado analisado através de operações específicas. Podemos destacar três redes de enunciados, inscritos em sequências discursivas, em sua arquitetura: (1) a rede da denúncia e apuração (‘ato considerado racista’, ‘órgão pede apuração’, ‘Nucora oficiou’, ‘promova apuração’), que nomeia o acontecimento; (2) a rede da proteção e vulnerabilidade (‘proteger a imagem das crianças’, ‘sem sujeitá-las a práticas que reforcem o sofrimento’), que constroem as crianças como vítimas passivas,

judicializando o evento; e (3) a rede da educação como antirracismo ('promover uma educação antirracista', 'assegurar o direito à dignidade'), uma normatividade pedagógica, que estabelece um saber pedagógico normativo. Essas redes, entrelaçadas, constituem o dispositivo midiático não como um simples transmissor, mas como um operador ativo que recorta a realidade segundo uma episteme intervencionista, como denominada neste estudo. Com esse direcionamento traçado no horizonte desta investigação, abaixo, pode-se conferir o recorte do enunciado sob exame.

DESFILE CÍVICO COM CRIANÇAS NO SUL DO TOCANTINS TEM ATO CONSIDERADO RACISTA E ÓRGÃO PEDE APURAÇÃO

O Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (Nucora) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) oficiou a Secretaria de Educação do Município de Palmeirópolis do Tocantins para que preste informações e promova apuração sobre ato racista ocorrido durante o desfile cívico com crianças de um Centro de Educação Infantil. Na ocasião, meninas e meninos estavam vestidos com trajes que reproduzem "sinhas", "senhores" e "escravos", inclusive, alguns com o uso de adereço nos braços simbolizando correntes.

O desfile em questão foi realizado em setembro deste ano em comemoração ao Dia da Independência do Brasil. O Nucora teve conhecimento do ocorrido nas últimas semanas, quando recebeu um vídeo que mostra trecho do desfile cívico no qual as crianças foram vestidas de sinhas e senhorzinhos. O Núcleo foi acionado pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Para proteger a imagem das crianças, a Defensoria Pública optou por não compartilhar o vídeo.

"A Defensoria Pública do Estado do Tocantins considera que é responsabilidade do Estado, do Município, das instituições educacionais e da sociedade como um todo promover uma educação antirracista, que respeite a história de luta e resistência dos povos negros e que assegure o direito à dignidade e ao respeito das crianças, sem sujeitá-las a práticas que reforcem o sofrimento e a opressão", defende o Núcleo.

O Nucora requer à Secretaria Municipal a abertura de procedimento para apuração e tomada de providências no caso a fim de se conhecer os responsáveis pela escolha do tema e pela execução do desfile temático, bem como promover a responsabilização de modo a evitar que situações semelhantes ocorram novamente (Gazeta do Cerrado, 2024).

Com vistas a conferir maior precisão metodológica à análise, procede-se ao recorte de sequências discursivas constitutivas do enunciado jornalístico, a partir das quais se tornam visíveis as regularidades de sentido que sustentam sua orientação discursiva. A materialidade desse enunciado jornalístico, para além de seu conteúdo proposicional, é constitutiva de sua função no dispositivo midiático. A escolha lexical ('ato considerado racista', 'proteger a imagem', 'educação antirracista'), a sequência narrativa (que inicia pela demanda do órgão público) e a exclusão de vozes alternativas (como a da escola ou dos organizadores) são sequências discursivas que materializam, desde o título, uma formação discursiva progressista. Esta formação orienta o sentido do acontecimento, enquadrando-o não como uma prática pedagógica contestável, mas como um ato passível de apuração por instâncias de controle. Aqui, na sequência discursiva 3, de construção da vulnerabilidade, as crianças são posicionadas como sujeitos passivos, cuja condição é definida pela necessidade de proteção. Tal configuração produz um efeito de vulnerabilidade que legitima a intervenção de instâncias externas de regulação.

Na sequência discursiva de normatividade pedagógica, expressões como "promover uma educação antirracista" e "assegurar o direito à dignidade" mobilizam princípios normativos vinculados ao campo educacional, articulando valores associados à formação ética e social dos sujeitos. Esses enunciados evidenciam a ativação de um saber pedagógico que estabelece parâmetros de legitimidade para práticas educacionais, ao mesmo tempo em que delimita um horizonte normativo de ação. Nesse funcionamento, determinadas condutas são apresentadas como desejáveis, enquanto outras se tornam passíveis de correção no interior do próprio regime discursivo. Trata-se, assim, de uma articulação entre saber e poder que se materializa na definição de critérios de avaliação das práticas educativas, inscrevendo o acontecimento analisado em um campo de regulação no qual tais práticas passam a ser interpretadas à luz de princípios previamente legitimados.

Inicialmente, importa destacar a circunscrição do enunciado acima ao discurso do Norte. Sabe-se que, segundo Soares e Boucher (2023; 2024), o discurso do Norte é atualmente constituído por duas ramificações, a saber, os dizeres do Norte sobre si e os dizeres dos outros sobre o Norte. No caso da notícia em questão, cujo dispositivo midiático é tocantinense, seu processo de construção de sentidos volta-se para o Tocantins e faz de uma ocorrência, “desfile cívico com crianças de um Centro de Educação Infantil” (Gazeta do Cerrado, 2024), e a perspectiva desse pelo “Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (Nucora) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins” (Gazeta do Cerrado, 2024) um acontecimento considerado racista. Com tal traçado, percebe-se que o discurso do Norte, que não se restringe à própria região do país, expõe, ao mesmo tempo, tanto a comemoração do dia da Independência do Brasil na cidade de Palmeirópolis quanto o ângulo de interpretação do evento por parte de um dispositivo jurídico do Estado.

Nesse contexto, o discurso do Norte sobre si mesmo, aqui materializado, é atravessado por uma lógica disciplinar. O enunciado não apenas descreve, mas produz uma verdade sobre a região: a de que práticas culturais e pedagógicas locais devem ser vigiadas e corrigidas por instâncias centrais de saber-poder (o Ministério Público, a mídia ‘consciente’). O dispositivo jurídico-midiático, portanto, funciona como um mecanismo de normalização, onde a episteme intervencionista se impõe sobre outras possíveis leituras do acontecimento (como expressão cultural, recurso pedagógico histórico).

Ao considerar-se o fato de que é o acionamento do núcleo específico da Defensoria Pública do Estado do Tocantins para com o desfile de 7 de setembro na cidade de Palmeirópolis o responsável pela mobilização do dispositivo midiático e, conseqüentemente, pela produção do enunciado sob exame, tem-se a projeção do discurso preconceituoso como um elemento do circuito coletivo que deve ser combativo. Entretanto, como um contraponto histórico de apuração das estruturas nas quais se formatam as redes de saber-poder, Carvalho (2012) alerta para uma

conjuntura macro dimensional na qual “não tem sentido confundir a natureza de um fato com o modo de conhecê-lo séculos depois” (Carvalho, 2012, p. 260). Em outros termos, a apreciação do acontecimento narrado pelo portal virtual Gazeta do Cerrado, que tenta manter-se neutro, sem um posicionamento acerca do ocorrido, dá vazão tanto a mecanismos de repreensão quanto ao próprio discurso preconceituoso.

Como o dispositivo midiático é inerentemente heteróclito em sua composição, ou como diz Foucault (2000), “É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (Foucault, 2000, p. 367), tem-se que o jornal Gazeta do Cerrado, ao visibilizar o posicionamento de parte do ministério público tocantinense, encerra na discursividade do enunciado notícia a maneira por meio da qual uma possível ocorrência discriminatória é abordada por órgãos de investigação e controle social. Nesse direcionamento alinhado à investigação orgânica do enunciado, da formação discursiva, do dispositivo e da episteme, verifica-se que o delineamento argumentativo da matéria representa uma orientação da formação discursiva progressista segundo a qual a universalização da expressividade do dispositivo jurídico requer cada vez mais seu emprego no interior do circuito coletivo.

O enunciado apresenta uma dupla dimensão: é, ao mesmo tempo, perceptível em sua materialidade e opaco em suas condições de produção. Foucault (2012) o descreve da seguinte maneira: “O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto” (Foucault, 2012, p. 133), encontra-se em “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração” (Gazeta do Cerrado, 2024), entre outros elementos, uma visão de sociedade segundo a qual o ideal igualitário e democrático estrutura-se na perspectiva disciplinar de não-exclusão e, conseqüentemente, inviabilidade de quaisquer tipos de preconceito, como o racismo apontado na matéria sob foco. Todavia, como explica Minogue (2019) a respeito da discriminação, “O problema óbvio é que os preconceitos divisivos que impedem a salvação coletiva estão localizados precisamente nos corações e nas mentes das

próprias pessoas” (Minogue, 2019, p. 74). Aqui, portanto, tem-se a sequência discursiva 1 de nomeação do acontecimento. Observa-se, nessa sequência, um deslocamento semântico que reconfigura o acontecimento descrito. A designação “ato” implica uma formalização da ocorrência, enquanto o uso do participio “considerado” introduz uma modalização que remete a uma instância de validação externa. Tal construção inscreve o enunciado em uma rede de sentidos que aproxima o fato de um campo jurídico de interpretação.

Em vista do funcionamento do enunciado publicado na Gazeta do Cerrado, no qual se situa um idealismo totalizante, abalizado socialmente, alcança-se seu outro lado discursivizado, qual seja, uma eventual falta de tato do sistema de educacional para o qual a encenação de partes da história do país, em datas importantes, traduz um caráter simbólico da própria instrução formal incentivado pelos documentos nacionais de educação. Nessa conjuntura segundo a qual o norteamento de uma das práticas ilustrativas de um período passado é tomado como ato considerado racista, o art. 3.º nos itens II e III da LDBEN (1996) defendem respectivamente que deve haver no ensino: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” e “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (Brasil, 1996). Em outros termos, a formação discursiva progressista, impressa no enunciado produzido pelo jornal tocantinense, alimentada por sua relação de saber-poder com o dispositivo jurídico, critica, por extensão, ao que está salvaguardado na Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996).

O uso de vestimentas e a disposição teatralizada de personagens de uma determinada época, conforme é legível não só na LDBEN (1996), mas em métodos articulados de arte e educação (Barbosa, 2020), fundamenta-se em uma prática de saber por meio da qual relações de poder historicamente construídas são apresentadas com maior vivacidade empírica cuja orientação cabe fundamentalmente ao aspecto pedagógico no interior do sistema formal de ensino, de modo a ser uma das práticas existentes no dispositivo educacional. Portanto, a intervenção relatada no enunciado

sob análise, caracteriza-se, em uma primeira instância, como uma sobreposição de dispositivos, sendo o jurídico um tentáculo aparador de possíveis arestas presentes no educacional, uma vez que o primeiro assenta-se ostensivamente no poder disciplinar, como informa Foucault (2014): “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (Foucault, 2014, p. 167).

Segundo a propositura descrita acima, o pedido de apuração do desfile cívico com crianças no sul do Tocantins é o exame que pode transformar-se em sanção normalizadora do poder disciplinar exercido pelo dispositivo da defensoria pública do Estado, já que sua performance no circuito social é precisamente investigativa e interventiva, quando necessário. É nesse mesmo direcionamento que o dispositivo midiático em questão volta-se à produção do enunciado “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração” (Gazeta do Cerrado, 2024) de maneira subserviente ao dispositivo jurídico, demonstrando com esse expediente, as relações de saber-poder cujo reflexo no corpo social incide na sobreposição de dispositivos, primeiro o jurídico, segundo o midiático e, como pano de fundo, o educacional. Aqui, na sequência discursiva 2, de judicialização do evento, tem-se a recorrência de termos vinculados ao campo jurídico constitui uma rede de enunciados que orienta o acontecimento para um horizonte de investigação e possível sanção. Essa cadeia lexical evidencia a ativação de um dispositivo jurídico que passa a regular a inteligibilidade do fato.

Consoante ao explicitado acima e às suas repercussões neste empreendimento investigativo, verifica-se a existência de uma determinada episteme responsável por um agrupamento de saberes que se desdobram em relações de poder presentes no enunciado, no dispositivo e na formação discursiva examinados. Com vistas a trazer maior nitidez a tal episteme, convencionou-se denominá-la intervencionista, já que sua propositura discursiva atravessa e constitui a notícia, sua formação discursiva progressista e os dispositivos midiático e jurídico articulados na representatividade de

um acontecimento na tentativa de modulá-lo mediante investigação dos elementos pedagógicos envolvidos em sua ocorrência. Como a episteme, em sua amplitude discursiva capaz de agenciar dispositivos e seus integrantes, reflete, como sustenta Foucault (2000): “todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis” (Foucault, 2000, p. 368), parte significativa do funcionamento do tecido social, a episteme intervencionista expressa as forças de vigilância disciplinar e o monopólio de um tipo de manifestação do saber.

A episteme intervencionista, como denominada neste estudo, com seu aparato estratégico de caracterização de condutas juridicamente legais ou validadas coletivamente, fundamenta-se, conforme sua vinculação à matéria publicada na Gazeta do Cerrado, no estreitamento de comportamentos, segundo a ótica da disciplinarização (Foucault, 2014) sutil das relações de saber-poder. No caso de desfile cívico com crianças no sul do Tocantins, narrado pelo enunciado sob foco, tem-se o saber associativo à teatralização de um período progresso da história do país por meninas e meninos vestidos com trajes que reproduzem “sinhás”, “senhores” e “escravos” considerado ato racista e apurado por órgão do ministério público do Estado. Ora, uma vez que as relações de saber-poder da época retratada no ato cívico em questão são preconceituosas e, logo, são rechaçadas, é o direcionamento pedagógico da reprodução desse tempo e suas relações de saber- poder que possibilita uma compreensão verticalizada das propriedades negativas da história.

A episteme intervencionista que aqui se revela não é uma abstração, mas uma racionalidade concreta que se lê no detalhe do enunciado. Ela se evidencia, por exemplo, na transformação semântica operada pela notícia: o ‘desfile cívico’ torna-se ‘ato considerado racista’; as ‘fantasias históricas’ convertem-se em ‘trajes que reproduzem “sinhás”, “senhores” e “escravos”’; a ‘comemoração’ é refigurada como ‘ocorrência’ que demanda ‘responsabilização’. Essa rede de reformulações é o cerne do dispositivo em ação, articulando saber (o discurso antirracista normativo)

e poder (a ameaça de sanção via apuração) para governar as práticas sociais e pedagógicas.

Portanto, de acordo com o processo analítico aqui realizado, após a descrição interpretativa da organicidade do enunciado “Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração” (Gazeta do Cerrado, 2024), de sua formação discursiva progressista e do dispositivo midiático veiculador, chega-se à episteme intervencionista. A partir das particularidades esquadrihadas em tal episteme ligadas às relações de saber-poder difundidas no circuito social contemporâneo, encontra-se em seu regime de verdade, segundo o qual a encenação de períodos históricos nos quais as relações de saber-poder consistiam em desigualdades obsessivamente perversas, como a visão preconceituosa do racismo, a eventual restrição disciplinar daquilo que não compactua com a hegemonia epistêmica. Por esse ângulo arqueogenealógico, a mobilização dos dispositivos midiático e jurídico, em superposição ao dispositivo educacional, demonstra tanto o tamanho da episteme intervencionista quanto seu emblemático potencial estruturante do corpo social.

5 Considerações finais

A análise arqueogenealógica empreendida permitiu descrever minuciosamente como o **enunciado** ‘Desfile cívico com crianças no sul do Tocantins tem ato considerado racista e órgão pede apuração’ é produzido por uma **formação discursiva progressista**. Esta formação materializou-se, como demonstrado, em **redes de enunciados** específicas (da denúncia [nomeação], da proteção [judicialização e construção da vulnerabilidade] e da pedagogia antirracista [normatividade pedagógica]) que compõem o **dispositivo midiático** da *Gazeta do Cerrado*. Esse dispositivo, ao alinhar-se sem mediação crítica ao **dispositivo jurídico**, ativou uma **episteme intervencionista**, como denominada neste artigo, que define o que pode ser dito sobre o fato, silenciando outras interpretações e naturalizando o controle estatal-

mediático sobre a educação. Desse modo, exemplifica-se uma modalidade do **discurso do Norte** que, longe de ser uma voz periférica autêntica, reproduz mecanismos centrais de saber-poder que disciplinam a vida social na região.

A análise cadenciada do enunciado, a própria matéria e suas relações sociais, como um conjunto arregimentado de sentidos, orientados pela formação discursiva progressista, presente no dispositivo midiático do jornal virtual Gazeta do Cerrado, permitiu a apreensão da episteme intervencionista. Essa, como foi constatado, por sua massiva aderência e atual irresistibilidade, superpõe-se aos dispositivos jurídico, midiático e educacional para fazer dos dois primeiros seus modeladores do último de tal modo a circunscrever-se como um regime de saber-poder inquestionável ou com poucas aberturas à indagação acerca de procedimentos de vigilância e controle, como o descrito no enunciado em questão produzido pela Gazeta do Cerrado. Segundo tal perspectiva e seu alinhamento à pergunta inicial deste artigo, quando da menção do ministério da verdade “que se ocupava com notícias, entretenimento, educação e artes plásticas” (Orwell, 2002, p. 10), se a realidade na qual a sociedade atual pode ser considerada muito distante daquela ilustrada por Orwell, a resposta ratificada por este estudo é não.

Se a teatralização, como um recurso pedagógico de ensino e aprendizagem, em uma data cívica de maior importância para a história do Brasil, por trazer elementos caracterizadores das relações de saber-poder de um momento pretérito, pode circunscrever-se em uma visão preconceituosa, ensejando uma apuração de crime de racismo pelo ministério público estadual, graças a uma episteme intervencionista – segundo a qual as relações de poder devem ser geridas pelo centro de saber, o Estado –, portanto, deve ser mantida afastada ou até mesmo apagada. Eis que a representação distópica de Orwell parece inscrever-se relativamente bem ao quadro aqui apresentado sob a forma de análise, já que a configuração das relações de saber-poder na conjuntura contemporânea corrobora a vigilância presente nas entidades de controle, tal como retratou o escritor britânico. Portanto, o percurso analítico, ao

privilegiar a descrição de sequências discursivas e suas regularidades, permitiu evidenciar empiricamente a articulação entre formação discursiva, dispositivo e episteme.

Referências

AGAMBEM, G. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, n. 5, Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BARBOSA, A. M. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

CARVALHO, O. **A filosofia e seu inverso: e outros estudos**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2012.

DELEUZE, G. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, E.; DREYFUS, H.; DELEUZE, G. *et al.* **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2017.

DESFILE CÍVICO COM CRIANÇAS NO SUL DO TOCANTINS TEM ATO CONSIDERADO RACISTA E ÓRGÃO PEDE APURAÇÃO. **Gazeta do Cerrado**, 2024. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/desfile-civico-com-criancas-no-sul-do-tocantins-tem-ato-considerado-racista-e-orgao-pede-apuracao/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-27.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Salma Tannus Muchail. 9 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KREMER-MARIETTI, A. **Introdução ao pensamento de Michel Foucault**. Trad. César Augusto Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MINOGUE, K. **A mente servil**: como a democracia solapa a vida moral. Trad. Pedro Sette-Câmara. São Paulo: É Realizações, 2019.

ORWELL, G. **1984**. Trad. Wilson Veloso. 28 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

SOARES, T. B. **Percursos Discursivos**: heterogeneidades epistemológicas aplicadas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, T. B. Un análisis arqueogenealógico de los establecimientos religiosos en Tocantins. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 48, n. 1, 2024. DOI [https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1\(2024\)2251](https://doi.org/10.33148/CETROPv48n1(2024)2251)

SOARES, T. B.; BOUCHER, D. F. **Discurso do Norte**: Produções Identitárias, apagamentos e interpelações em rede de dizeres sobre o Tocantins. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. DOI <https://doi.org/10.18764/2177-8868v15n30.2024.23>

SOARES, T. B.; BOUCHER, D. F. **Projeções discursivas do Norte**: efeitos de resistência, conscientização e consolidação identitária do Tocantins. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

SOBRE. **Gazeta do Cerrado**, 2021. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/missao-visao-e-valores-da-gazeta-do-cerrado/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

VAYNE, P. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.